

---

## **Corte de burocracia pode poupar R\$ 3,5 bi** **Governo estima que valor deixaria de ser gasto pelo setor privado nas operações de importação**

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília  
31/03/2021 05h00 Atualizado há um dia

---

O governo estima que proporcionará ao setor privado uma economia de R\$ 3,5 bilhões ao ano com a eliminação de travas à importação e burocracia, e mais R\$ 80 milhões em taxas pagas ao governo nessas operações, disse ao **Valor** do secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz. Boa parte dessa economia virá da Medida Provisória (MP) de Ambiente de Negócios, anunciada na segunda-feira passada.

Outro ponto de impacto é o que torna obrigatória a adesão de 22 órgãos que atuam na autorização de importações, como a Anvisa e o Inmetro, ao Portal Único do Comércio Exterior.

“O intuito é desburocratizar, tornar os sistemas mais simples, desonerar”, afirmou o secretário de Comércio Exterior. “Em resumo, aumentar a qualidade da intervenção do Estado na economia ou, como diz o ministro Paulo Guedes, tirar o governo do cangote do empresário.”

Já implantado para as exportações, o Portal Único do Comércio Exterior reduziu o tempo gasto com procedimentos na operação de 13 para sete dias. Nas importações, o funcionamento ainda é parcial e deverá chegar a 100% apenas em 2022.

Todo o trabalho já vem sendo feito sem que o portal esteja numa lei. Segundo Ferraz, tornar obrigação legal a adesão dos órgãos anuentes é importante para não repetir o que aconteceu com o Siscomex. Criado para ser uma janela única, o sistema acabou sendo parcial, com vários órgãos criando sistemas próprios.

A MP também concretiza o fim do Siscoserv, um sistema criado para registrar importação e exportação de serviços.

Complexo e burocrático, o sistema foi desligado em agosto passado. Com isso, empresas foram dispensadas de fazer 5,4 milhões de registros por ano. A MP também proíbe a exigência de Licenças de Importação (LI) para verificação do preço dos produtos importados. Segundo o secretário, existia uma espécie de lista de preços mínimos para bens vindos do exterior, com o objetivo de evitar irregularidades como o subfaturamento.

Ocorre que essa exigência criava uma espécie de reserva de mercado. “É abuso de poder regulatório”, afirmou. Para combater fraudes, disse ele, foi criado um grupo com integrantes da Receita Federal e da Secretaria de Comércio Exterior para apurar denúncias.

Com essa proibição, que já vem sendo aplicada gradualmente desde outubro, foram eliminadas 350 mil LIs por ano. As taxas que as empresas deixam de pagar somam R\$ 30 milhões e a eliminação do custo da mercadoria parada chega a R\$ 1 bilhão.

A MP também deixa de exigir LI para mercadorias suspeitas de virem de um país diferente do informado. Segundo Ferraz, a simples suspeita dessa prática levava o Brasil a exigir licenças para a importação do produto, independentemente de sua origem. Com a MP, as operações seguirão normalmente, enquanto é feita a investigação.

Com essa e outras medidas já adotadas pela Camex, o número de licenças dispensadas chega a 600 mil por ano. É um corte de 50%. A economia com taxas pagas pelas empresas chega a R\$ 50 milhões por ano e o custo eliminado com a demora na importação é da ordem de R\$ 2,5 bilhões.